

MEMÓRIA, PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO CULTURAL E DESOBEDIÊNCIA EPISTÊMICA NA/DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DA ILHA DE SÃO VICENTE EM ARAGUATINS-TO

Alex Montel de Sousa (UNIFESSPA)¹

Resumo: O objetivo deste trabalho é elaborar uma reflexão crítica sobre a identidade cultural e memória na comunidade tradicional quilombola na ilha de São Vicente no município de Araguatins, Tocantins, a partir de pressupostos do multiculturalismo e da interculturalidade dos estudos culturais e pós-coloniais. Pretende-se questionar as estruturas fixas que mantém dicotomias como centro/periferia; oralidade/escritura; cultura erudita, cultura/popular. Para tanto, esta pesquisa busca trabalhar com narrativas orais dos remanescentes quilombolas que habitam a Ilha de São Vicente em Araguatins.

Palavras-chave: Literatura Oral; Memória, Quilombolas

Quilombo de São Vicente: Origens e Raízes

A Comunidade Quilombola da Ilha de São Vicente tem suas origens na história do município da qual faz parte, Araguatins-TO, eles descendem de escravos trazidos por Vicente Bernardino, fundador da cidade no ano de 1868, que recebeu os negros como pagamento por uma dívida em Carolina-Maranhão, um total de 8 escravos, sendo duas famílias com dois filhos cada uma. Vinte anos mais tarde após a abolição, eles foram libertos e fixaram moradia numa ilha em frente a cidade de Araguatins.

Rita Lopes, autora do relatório antropológico da ilha realizado em 2014 nos apresenta a seguinte informação retirada de uma entrevista:

Pedro Duarte Barros, nascido em 1926 em Araguatins, filho de Virgílio Gomes de Barros, neto do fundador do antigo município de São Vicente afirma que todos em sua família confirmam o fato que os primeiros ocupantes da Ilha São Vicente [são] os filhos do ex-escravo Henrique Cacete [que] mudaram para a ilha, com a intenção de fixar moradia, em 1888. Ele [Pedro Duarte Barros] afirma que se lembra disso porque vivenciou grande parte do tempo dessa ocupação e o usufruto do lugar pelos descendentes do casal de escravos que para lá mudaram quando se tornaram livres. (Lopes, 2014, p. 33, apud COELHO, 2010, p. 04. mimeo)

No final dos anos de 1990 e início de 2000, um fazendeiro se apossou das terras da ilha dizendo serem suas e em março de 2002 em um processo controverso, na comarca de Araguatins, a justiça deu ganho de causa ao fazendeiro e ordenou a retirada

¹ Graduado em Letras (UEPA), Mestrando em Linguagens e Letramentos pela (UNIFESSPA). Contato: montel_18@hotmail.com

da família Barros da ilha, entretanto, o despejo não chegou a ser feito naquele ano, vindo a ser feito somente em 2010.

Para Lopes:

O despejo, conforme relatado pela comunidade, foi realizado de forma violenta e traumática. Um oficial de Justiça acompanhado de vários policiais militares do destacamento de Araguatins foi deslocado de barcos para realizarem o despejo. Além dos atos de violência na retirada das famílias, houve também a violência simbólica, os quilombolas que foram despejados do território onde nasceram e viveram a vida toda, tiveram suas casas queimadas, casas parcialmente derrubadas, plantações destruídas e animais de criação subtraídos. (LOPES 2014, P. 47)

A expulsão de suas terras de forma violenta levou o povo da família Barros a buscar uma forma de voltar à ilha e acabaram reconhecendo em sua ancestralidade uma forma de reaver as terras de onde foram desalojados, segundo Lopes:

Neste interim, em que seu Salvador e as famílias estavam desalojados na casa do irmão (Pedro), onde passaram 30 dias entre outubro e novembro de 2010, a Família Barros se mobilizou, conversou com os moradores antigos de Araguatins que conheciam sua história, buscou informações sobre sua origem e depois foi organizada uma assembleia, onde foi redigido um documento assumindo que são remanescentes de quilombo, dizendo: "... nos auto-identificamos como comunidade remanescente de quilombo". A lista dos presentes na assembleia foi anexada ao Processo de Reconhecimento Quilombola na Fundação Cultural Palmares. (LOPES 2014, p. 52)

Esta identidade foi reconhecida com um objetivo claro e "Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como sujeito é interpelado ou representado, ela tornou-se politizada" como diria Para Hall (1999).

O advogado Francisco Duarte conseguiu liminar que permitiu à volta da família Barros à ilha, tendo como próximos passos a criação da associação quilombola e certificação da Fundação Palmares. Para Lopes;

A Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombolas da Ilha de São Vicente (ACREQUISVI) foi constituída em 19 de dezembro de 2010 após sua assembleia de fundação. E em 27 de dezembro do mesmo ano (2010) a Fundação Palmares emitiu a Certidão de Autodefinição da Comunidade (documento 5), através da portaria publicada no Diário Oficial da União, nº 22825. (LOPES 2014, p. 53)

A certificação da Fundação Palmares veio afirmar a identidade da comunidade, identidade que "somente se torna uma questão quando se está em crise" Como diria Hall

(1999). A crise vivida pela comunidade foi o despejo. Apesar de retornarem à ilha, ainda corre na justiça um processo para posse definitiva e retirada do total do fazendeiro da ilha que ainda se encontra alojada em parte dela.

Enquanto aguardam a posse definitiva da terra, os remanescentes que vivem na ilha levam suas vidas com a rotina que os acompanha na região desde sua ocupação. Continuam assim como primeiros moradores, produzindo para o próprio consumo e vendendo para a cidade de Araguatins, pequena parte do que produzem na ilha.

Memória

A capacidade de armazenagem de dados faz parte de nosso cognitivo e vamos acumulando estes dados no decorrer de nossas vidas, quanto mais vivemos, mais experiências possivelmente teremos para contar, com isso, as memórias e a oralidade presente neste trabalho se faz a partir de relatos e vivências de pessoas com idade acima de 60 anos pertencentes a sociedade Araguatinense e Ilha São Vicente, tendo nascido e vivendo até os dias atuais neste mesmo ambiente. Ecléa Bosi, em seu livro *Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos*, valoriza a memória dos velhos em relação a dos jovens e até mesmo adultos, pois:

Nelas é possível verificar uma história social bem desenvolvida: elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas; elas já viveram quadros de referências familiar e cultural igualmente reconhecíveis: enfim, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que, de algum modo, ainda está absorvida das lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que uma pessoa de idade. (BOSI, 1994, p. 60).

Partindo desse pressuposto, resolveu-se pesquisar a história local do quilombo Ilha de São Vicente em Araguatins, para isso, entrevistou-se pessoas mais velhas da comunidade. Ouvir estas pessoas foi um trabalho de aquisição de conhecimento e respeito por parte do entrevistador e valorização dos entrevistados, além de parte crucial para a riqueza deste trabalho que está consonância com pensamento de Bosi que diz nos diz:

As vivências destes velhos, enriquecem os relatos, pois agregam experiência de vida, respeito e conhecimento para os fatos citados. Quando a sociedade esvazia seu tempo de experiências significativas, empurrando-o para a margem, a lembrança de tempos melhores se converte num sucedâneo da vida. E a vida atual parece só significar se ela recolher de outra época o alento. O vínculo com outra época, à

consciência de ter suportado, compreendido muita coisa. Traz para o ancião a alegria e uma ocasião de mostrar sua competência. Sua vida ganha uma finalidade se encontrar ouvidos atentos. (BOSI, 1994, p.82)

Compreender o passado, nos faz entender o presente; a comunidade quilombola Ilha de São Vicente que nos dias atuais, encontra-se em conflito com um fazendeiro que julga ser dono das terras da ilha, os quilombolas por sua vez entendem ter a posse da terra por estarem nela desde o ano de 1888 e ali terem constituído: família, vida e história. O presente trabalho não tem a intenção de julgar quem é o proprietário do local, mas convém deixar claro que foi a busca pelo passado dos negros remanescentes na ilha que os permitiu voltarem a ela após serem expulsos em 2010. Entende-se assim, que “o passado conserva-se e, além de conservar-se, atua no presente, mas não de forma homogênea”, Como diria Bosi (1994, p 48)

Durante o processo de coleta oral a partir de entrevistas, foi possível verificar dois tipos de memória, umas firmes, que estão ali prontas para serem ditas, outras, apareciam no decorrer das conversas. Uma situação levava a outra e as histórias iam aparecendo. O segundo tipo de memória nós conseguimos perceber nas conversas com o senhor Pedro Barros, que logo no início da entrevista nos disse que não tinha histórias para contar, mas que ao final de uma tarde prazerosa nos brindou com belas histórias de seu povo, da ilha São Vicente.

Esses dois tipos de formas de lembrar, rememorar, ou simplesmente lembranças, são apresentados por Ecléa Bosi que as divide em duas formas isoladas e bem distintas. As que são fixas e as que vagueiam pela mente e aparecem no decorrer de conversas, dos contatos, dos gestos, que fazem um entrevistado lembrar, externar as vivências do passado. Para ela:

De um lado, o corpo guarda esquemas de comportamento de que vale muitas vezes automaticamente na sua ação sobre as coisas: trata-se da memória hábito, memória dos mecanismos motores. De outro lado, ocorrem lembranças independentes de quaisquer hábitos: lembranças isoladas. Singulares, que constituem autênticas ressurreições do passado. (BOSI, 1994, p. 48)

No início da conversa, Pedro Barros quando nos disse que não era bom de histórias, nos confidenciou que: “- *o lugar bom di contar é na roça, na lida, lá a gente lembra de mais coisa, em casa assim é mais difícil*”. Essas lembranças são independentes como diz Bosi (1994), pois ressurgem com evoluir das ações de quem as

contam. “Se lembramos, é por que os outros, as situações presentes nos fazem lembrar. O maior número de nossas lembranças nos vem quando nossos pais, nossos amigos ou outros homens, no-las provocam”, como diria Bosi (1994, p. 54-55). O melhor provocador para o Senhor Pedro, segundo ele próprio, era o ambiente da ilha.

Observou-se durante a coleta das narrativas que se remetia sempre a questões familiares, ao convívio social de cada um. As narrativas coletadas eram sempre contadas com as expressões: “Minha mãe contou; meu pai contava; ouvi na casa do meu pai, eu vivi isso, meu amigo próximo”. Como é possível observar nesta narrativa do senhor Pedro Barros;

A Sucuri e o pé de Babaçu

O cara viu uma sucuri do lado do pé de babaçu e chamou o Salvador meu irmão, né!?

- Ôh salvador, traz o machado aqui pra nois matar a “*sucruuu*”.

E Salvador foi e levou o machado, o cara bateu no “*sucruuu*”, sucuri, aí o sucuri deu aquela volta na palmêra. Ele enrolou tanto que o palmito subiu e acho que ainda hoje ele vai subindo (risos) (Coletado em Outubro de 2017)

Observa-se que o narrador faz questão de ressaltar que o Salvador presente na história é irmão dele, esta é uma maneira de atestar que o contava de fato aconteceu. “A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão; enfim, com grupos de convívio e grupos de referência peculiares a esse indivíduo”, Como diria Bosi (1994, p.54)

Oralidade: Definições e Teorias

O teórico Paul Zumthor (1993), aponta a existência de sociedades orais distintas, classificando-as em três tipos de oralidade, a saber: a primária, secundária e mista. A oralidade primária pertence a culturas totalmente desprovidas da escrita e que, portanto, fazem uso somente da “voz” ao se comunicar, sem registro escrito. Dentro da oralidade secundária, encontram-se os grupos nos quais a escrita causa interferência na oralidade da comunidade. Por fim, a oralidade mista, quando a escrita faz parte de determinada cultura, mas não influencia sobre as expressões orais.

Em suas concepções, Walter Ong (1998), aponta uma divisão para as culturas orais apenas em duas vertentes, cultura oral primária e secundária. Cultura oral primária é aquela que se desenvolve sem qualquer interferência da escrita. Esse tipo de cultura pouco existiria hoje, restando, por exemplo, as tribos indígenas mais isoladas do Brasil. A cultura oral secundária seria a cultura contemporânea, centrada na tecnologia e na

escrita, nessas culturas, a oralidade é sustentada por meios midiáticos como telefone, televisão, meios que por mais que se estabeleçam o uso pela voz, mas que necessitam também da escrita. Para Ong, nos dias de hoje, quase inexistente uma cultura capaz de viver afastada dos efeitos da escrita.

Não obstante, viver sob influência da escrita, não significa dizer que a oralidade perdeu sua primazia, seu valor. Para Ong (1998, p. 16) “a escrita, espacialização da palavra, amplia quase ilimitadamente a potencialidade da linguagem, reestrutura o pensamento”, desta forma, segundo o próprio Ong, seria a escrita um complemento do discurso oral, já para Derrida (1997), um suplemento. Entretanto, o que se vê hoje é uma clara valorização da escrita em detrimento da oralidade.

Este desprestígio da oralidade perante a escrita, não condiz com o valor que de fato a primeira possui, servindo como fonte de comunicação entre muitas sociedades mundo afora, pois mesmo a inserção da escrita não extingue a necessidade da oralidade para os mais variados tipos de comunicação, seja pessoal, de saber ou cultural. Para Ong:

Na realidade, a linguagem é tão esmagadoramente oral que, de todas as milhares de línguas – talvez dezenas de milhares – faladas no curso da história humana, somente cerca de 106 tiveram submetidas a escrita num grau suficiente para produzir literatura – e a maioria jamais foi escrita. Das cerca de 3 mil línguas faladas hoje existentes, apenas aproximadamente 78 têm literatura. (ONG, 1998, p. 15)

Os dados apresentados por Ong nos mostram o quanto a oralidade é útil à sociedade contemporânea, no entanto a escrita ainda é colocada como superior a oralidade por apresentar-se como fundamental nas principais comunidades da atualidade, as mais desenvolvidas, ficando as comunidades orais sem literatura escrita relegadas ao nível do preconceito, sendo apontadas como grupo iletrados.

Não se pode negar a proximidade presente e constante entre a oralidade e a escrita, pois há uma primazia tanto pelo registro quanto pelo resgate da oralidade, valorizar a expressão oral, seja artística ou não, é também uma forma de compreender a caminhada do homem e suas manifestações. Sendo assim, “a oralidade básica da linguagem é constante”, Como diria Ong (1998, p. 15)

A escrita pode se manifestar de diversas formas, na sociedade atual em meios diversos, impressos ou digitais, já a oralidade, essa continua sendo repassada da mesma forma desde que começou a existir, pela “VOZ”, assim mesmo, maiúscula, grande como

seu valor. A voz nos individualiza e ao mesmo tempo nos faz sociais. Como diz Zumthor;

Ela [a voz] interpela o sujeito, o constitui e nele imprime a cifra de uma alteridade. Para aquele que produz o som, ela rompe uma clausura, libera de um limite que por aí revela, instauradora de uma ordem própria: desde que é vocalizado, todo objeto ganha para um sujeito, ao menos parcialmente, estatuto de símbolo. O ouvinte escuta, no silêncio de si mesmo, esta voz que vem de outra parte, ele a deixa ressoar em ondas, recolhe suas modificações, toda “argumentação” suspensa. Esta atenção se torna, no tempo de uma escuta, seu lugar, fora da língua, fora do corpo. (ZUMTHOR, 2010, p. 15)

É certo que alguns meios eletrônicos permitem a transmissão da voz, expandem a oralidade, mas estes, retiram a presença do corpo, do cheiro, do sentimento, não sendo capazes de abarcar a oralidade em sua totalidade, em sua performance, como diria o próprio Zumthor (2000).

Não queremos aqui colocar em polos opostos oralidade e escrita. O que queremos é trazer à baila o valor da oralidade para os dias atuais, mesmo estando ela relegada a marginalidade e associada a sociedades menos desenvolvidas, iletradas. Trazer à tona, a principal a forma de transmissão da oralidade, o homem, o corpo, sua voz, deixada de lado com a ascensão da escrita. Segundo Ong (1998, p. 52) “Pelo fato de armazenar o conhecimento fora da mente, a escrita – e mais ainda a impressão tipográfica – deprecia as figuras do sábio ancião, repetidos do passado, em favor de descobridores mais jovens de algo novo”. Valorizar a oralidade e literatura produzida por ela traz das sombras a imagem do velho e de seu valor à sociedade, por isso, este trabalho buscou trabalhar com os mais velhos e suas memórias.

A comunidade onde foi feita a pesquisa de campo, apesar de expor diversas histórias presentes em sua oralidade e ter transmitido sua história por mais cem anos através do oral, apresenta-se segundo o conceito de Ong como oralidade segunda, ou secundária, uma vez que a cultura escrita já está inserida na comunidade. Essa inserção se deu quando os primeiros vieram para a cidade trabalhar e depois estudar, fato que acontece até os dias atuais, o que acaba modificando o discurso e a identidade dos remanescentes locais da ilha, principalmente dos mais jovens.

Literatura Oral

A expressão “literatura oral” parece mesmo paradoxal para designar as expressões artísticas verbais orais, uma vez que “litera” (literatura, de litera em latim, letra do

alfabeto) leva-nos certamente a produção de escritos e evidencia caráter grafocêntrico das culturas letradas. A associação lógica de literatura a letra, escritos, acaba por negar aos povos que não detêm domínio da escrita o direito a literatura.

Quanto à expressão literatura oral, Ong diz o seguinte:

(...) a erudição produziu no passado conceitos monstruosos como “literatura oral”. Esse termo decididamente absurdo permanece em circulação hoje, até mesmo entre estudiosos cada vez mais plenamente conscientes de quão constrangedora se mostra nossa inabilidade para imaginar uma herança de materiais verbalmente organizados, exceto como alguma variante da escrita, mesmo quando nada têm a ver com ela. (ONG, 1998, p.20).

Principal pesquisador da literatura oral brasileira, Câmara Cascudo em seu renomado livro “Literatura Oral no Brasil” traz a seguinte definição para o termo segundo seus estudos:

O termo foi criado por Paul Sébillit no seu *Literature Orale de la Haute- Bretagne*, 1981, e reúne contos, lendas, mitos, adivinhações, provérbios, parlendas, cantos, orações, frases feitas tornadas tradicionais ou denunciando uma estória, enfim todas as manifestações culturais, de fundo literário, transmitidas por processos não-gráficos. (CASCUDO, 2006, p. 21).

Os elementos apresentados por Cascudo (2006) como pertencentes à literatura oral fazem parte do cotidiano de todos nós, é impossível viver longe deste tipo de manifestação, e assim como nos acompanham, também acompanharam Cascudo desde sua infância:

Todos sabiam contar estórias. Contavam à noite, devagar, com gestos de evocação e lindos desenhos mímicos com as mãos. (...). Não tinha conhecimento anterior para estabelecer confronto nem subalternizar umas das atividades sem serviço da outra, era o primeiro leite alimentar da minha literatura. Cantei, dancei, vivi, como todos os outros meninos sertanejos do meu tempo e vizinhanças, sem saber da existência de outro canto, outra dança, outra vida. (CASCUDO, 2006, p. 14)

A literatura oral como apresenta Cascudo (2006), está presente em nossas vidas desde muito cedo, desde “*menino*” como afirma o autor. Quem nunca ouviu uma história, uma lenda, um causo, quando era criança?

O senhor Pedro Barros, nos agraciou com o a seguinte narrativa de sua infância:

Pedra Grande e a Caixa do Divino

Na pedra grande quando é de verão sempre a gente escuta a caixa do divino bater por lá e chega lá não é a divindade. É uma visão. Lá já alagou uma canoa que tinha o pessoal da divindade e morreu foi um ou foi dois que morreu lá, sabe!! É por isso que fez foi encantar, de

vez em quando é assim mais de verão a pessoa escuta bater a caixa e pensa que é a divindade, aí corre pra lá e quando chega num tem nada. Eu mesmo já ouvi uma vez, tava na ilha quando escutei. Aí nesse tempo eu era piquenu, ainda tinha minha mãe. Aí eu disse:

- Mãe olha a divindade.

Ela ficou assim e disse:

- Não meu filho, aquilo é pessoal da divindade, os que morrêru, que se encantou que tão batendo na caixa do divino lá na pedra grande.

Aí eu fiquei foi cum medo quando ela falou que não era a divindade. A gente fica assim meio sismado, assustado, mais eu lembro bem de ouvir tocar a caixa. (Coletada em Outubro de 2017)

Observa-se novamente que a história ocorre no seio familiar, o caso acontece entre o narrador e sua mãe, no tempo que ela ainda era criança, ou “*piqueno*”, como ele mesmo afirma

Os elementos que compõem a literatura oral, são constantemente associados somente ao folclore, fazendo com que a riqueza cultural oral seja reduzida somente a este traço, não que o folclore seja pequeno, mas associar a literatura oral somente a esta face, a empobrece, esvazia e apequena seu valor perante a sociedade de forma geral.

Segundo Cascudo:

A literatura folclórica é totalmente popular, mas nem toda produção popular é folclórica. Afasta-a do folclore a contemporaneidade. (...). Natural é que uma produção que se popularizou seja folclórica quando se torne anônima, antiga, resistindo ao esquecimento e sempre citada num ou noutro meio denunciador da predileção ambiental. (CASCUDO 2006, p. 22-23)

A oralidade esconde-se por trás da escrita, se ficar relegada somente ao folclore, perderá em parte seu brilho e continuará sendo vista como histórias para sorrir, “*mentiras boas*” de se ouvir, passatempo do dia, nunca como ensinamento de mundo, do nosso mundo.

A literatura oral constrói-se a partir das vivências do povo de uma determinada região, agregando conhecimentos do seu ambiente e externos trazidos por imigrantes. A mescla dos povos no Brasil e suas variadas características contribuíram para uma formação vasta de nossa literatura oral. Para Cascudo:

A literatura oral brasileira se compõe dos elementos trazidos pelas três raças para a memória e uso do povo atual. Indígenas, portugueses e africanos possuíam cantos, danças, estórias, lembranças guerreiras, mitos, cantigas de embalar, anedotas, poetas e cantores profissionais, uma já longa e espalhada admiração ao redor dos homens que sabiam falar e entoar. (CASCUDO, 2006, p. 28).

Em nossa pesquisa, com remanescentes quilombolas, pertencentes ao grupo dos africanos, como afirma Cascudo, constatou-se que um dos primeiros moradores constituiu união com uma índia Arara, pertencente ao grupo dos indígenas, soma-se a isso os brancos que vieram povoar a região no ano de 1868 e temos a mistura de dos três tipos de classes citados por Cascudo que ainda afirma:

Não há povo que possua uma só cultura, entende-se por ela uma sobrevivência de conhecimentos gerais. [...] reunião de contos, fábulas, exemplos, brincadeiras, superstições alheias inteiramente ao cerimonial da tribo, além de lendas e contos etiológicos que pertencem ao mundo inteiro, adaptando-se às cores locais para efeitos divulgativos. (CASCUDO, 2006, p. 30).

Associado as três classes citadas por Cascudo, temos o ambiente: as matas da região norte tocantinense, o rio Araguaia e a magia das águas que tanto contribui para formação de lendas na região na Amazônica, como resultado desse conjunto dentro do imaginário popular, temos narrativas como a “A sucuri e o pé de babaçu”, “A caixa do divino” já citadas aqui, além de “As arraias que viram rodero”, mais uma das narrativas que o senhor Pedro Barros nos relatou

AS ARRAIAS QUE VIRAM RODERO

Num tem as arraias que viram rôdero? Arraia grande, o cara que ia passando no canal grande, tem um canal que de verão só passa lá motor grande, mas era tempo de cheia e aí o cara ia numa canoinha pequena, de remo mesmo, né!? e quando chegou no meio do canal, na pancada mesmo a canoa começou a baixar, afundar mesmo no rio, a canoa parada e baixando, afundando. Aí ele ficou assim e pensou no rodeiro. Aí ele já tinha visto falar qui quando a pessoa sabe que era assim um rôdero, um bixo que tava puxando a canoa, pegava um facão e tacava no meio da canoa assim (gesto com as mãos pra indicar), aí a canoa subia.

Aí assim ele fez, ele lembrô da história que um cara contou pra ele, aí pegou e enfiou o facão no meio da canoa e a canoa subiu, subiu e ele remô nela cum força, nesse tempo era só no remo, hoje qui tem motô, então ele remô e ele foi embora. O bixo que puxou ele era uma arraia que viro rôdero, ai puxa a canoa. A arraia quando vira rôdero já caiu o esporão, já caiu tudo, da quase o tamanho dum carro, e bicho muito grande qui da medo né?! (Coletada em Outubro de 2017)

O canal citado na narrativa, é um estreito entre um pedral, obstáculo no meio do rio Araguaia por onde todos tem que passar quando estão descendo ou subindo o rio a caminho da ilha ou da cidade. Em meio a este caminho entre ilha do quilombo e a

cidade, nasceu mais uma história. “Elas (as histórias) nascem no coração e, poeticamente, circulando, se espalham por todos os sentidos, devaneando, gatiando, até chegar ao imaginário”, como diria Busatto (2006, p. 58-59); assim, ocorreu com o imaginário popular na Ilha de São Vicente.

Durante as coletas, encontramos fontes riquíssimas de literatura oral, principalmente na representação das narrativas de causos e lendas. Utilizada frequentemente no dia-dia com o contar para as crianças e mesmo assim marginalizada pela literatura das elites letradas, o que faz com que a mesma seja afastada da escola ou como já citamos aqui, relegada e reduzida apenas ao folclore local. Como diria Zumthor (2000, p. 55) “literatura é uma das manifestações culturais da existência do homem”, faz-se necessário que a sociedade compreenda tal ato.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho, buscou-se abordar a história do quilombo Ilha de São Vicente localizado em Araguatins-To, entender a história de um povo é passo importante para compreender sua literatura oral. Os Barros que vivem na ilha desde o ano de 1888 fizeram dela seu lar, do rio Araguaia sua via de transporte entre a ilha e a cidade de Araguatins, Essa relação se mostra na literatura produzida por eles, pois as mesmas apresentam narrativas de fatos acontecidos nas águas do rio que os cercam, talvez este seja o motivo de não aparecer narrativas que remetam a história africana e sim ribeirinha, a proximidade com água do vasto rio possibilitou esta vivência e a criação de sua literatura oral.

A compreensão da literatura oral, possibilita entender a cultura e a memória de nosso povo. Relegado a sombra da escrita, a oralidade e sua literatura necessita ser posta a mostra como uma arte, a do contar, a do ouvir, do dizer de si e por que não, do outro que está a seu redor, de nossa sociedade, e nossa cultura, tão próxima e as vezes tão distante. Conhecer literatura oral, possibilita reconhecer o mundo a nosso redor. A “literatura oral possibilita ou externa uma maneira de interpretar o mundo bastante peculiar” Como nos diz Penalva (2002, p. 144)

Assim, este trabalho não busca sobrepor a literatura a escrita, o valor da segunda é claro, não sendo menor e nem maior, podem certamente coexistir juntas, cada uma com sua história e legado, o que buscou-se aqui foi mostrar a valor da literatura oral para nossa sociedade, pois, “entre o consumo [...] de um texto poético escrito e de um

texto transmitido oralmente, a diferença só reside na intensidade da presença”, como nos diria Zumthor (2000, p.69), basta apenas “abrir” os ouvidos para nossa sociedade, em especial os mais velhos, não apenas os olhos para nossos livros.

Referências

- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo, Sp: Companhia das Letras, 1994. 483 p.
- BUSATTO, Cléo. **A arte de contar histórias no século XXI: Tradição e ciberespaço**. 4. ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2013. 150 p.
- CASCUDO, Câmara. **Literatura Oral no Brasil**. 2. ed. São Paulo, Sp: Global, 2006. 486 p.
- DERRIDA, Jacques. **A Farmácia de Platão**. 2. ed. São Paulo, Sp: Ed. Iluminuras Ltda, 1997. 126 p. Tradução: Rogério Costa.
- HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na pós-modernidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Dp&a Editora, 1999. 102 p. Tradução: Tomaz Tadeu Silva e Guaciara Lopes Louro.
- LOPES, Rita de Cássia Domingues. **Relatório antropológico de reconhecimento e delimitação do território da comunidade quilombola ilha são vicente**. 2014. Disponível em: <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/lists/pedido/attachments/521320/resposta_pedido_rtid_ilha_de_so_vicente_to.pdf>. Acesso em: 08 maio 2017.
- PENALVA, Gilson. **Literatura oral no sudeste paraense: Memórias de velhos camponeses**. 2002. 2018 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Faculdade de Letras da Ufmg, Ufmg, Belo Horizonte, Mg, 2002.
- ONG, Walter. **Oralidade e Cultura Escrita: A Tecnologização da Palavra**. Campinas,sp: Papirus, 1998. 223 p. Tradução: Enid Abreu Dobránsky.
- ZUMTHOR, Paul. **A Letra e Voz: A “Literatura” Medieval**. São Paulo, Sp: Companhia das Letras, 1993. 324 p. Tradução: Jerusa Pires Ferreira, Amálio Pinheiro.
- ZUMTHOR, Paul. **Introdução a Poesia Oral**. Belo Horizonte, Mg: Ufmg, 2010. 354 p. (Humanitas). Tradução: Jerusa Pires Ferreira, Maria Lúcia Diniz Pochat, Maria Inês de Almeida.
- ZUMTHOR, Paul. **Performance, Recepção, Leitura**. São Paulo, Sp: Educ, 2000. 137 p. Tradução: Jerusa Pires Ferreira, Suely Fenerich.